

ECONOMIA

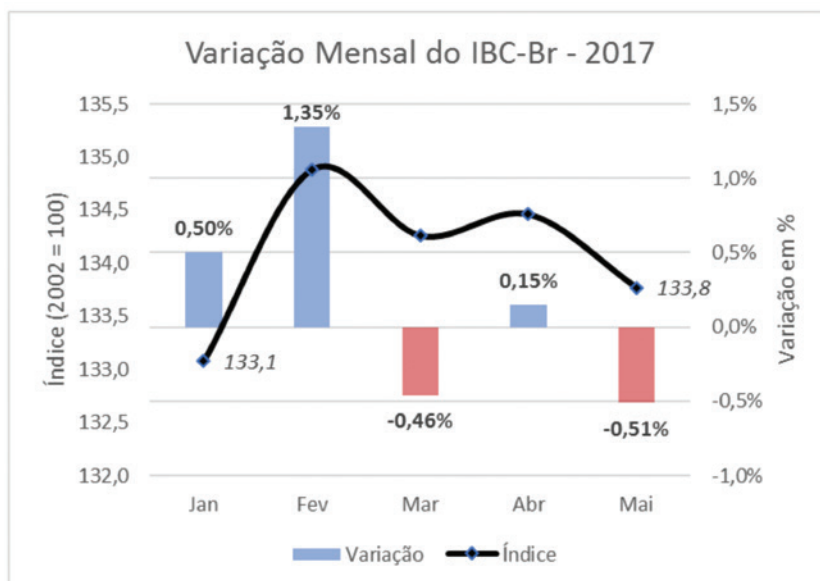


O golpe liderado por Michel Temer e que retirou Dilma Rousseff da presidência não foi apenas um atentado sobre a democracia e o sistema político brasileiro. À medida que os meses passam vai ficando claro que o que está em curso é uma profunda reconfiguração do capitalismo brasileiro. A agenda neoliberal, que no Brasil foi parcialmente interrompida pelos governos do PT, avança agora a passos largos, com forte apoio das classes dominantes, em especial a dos rentistas. Não por outro motivo, ao mesmo tempo em que seguem os ataques aos pilares do Estado nacional, a dinâmica econômica vai se afeiçoando crescentemente à condição de um país primário exportador, tal qual éramos no período pré-Vargas. E como parece inevitável, a sociedade brasileira vai colhendo os frutos amargos desse desmonte, enquanto a recessão econômica, medida em termos de queda do PIB per capita, segue grave e sem sinais de recuperação.

Nível de atividade

Os indicadores do nível de atividade econômica divulgados ao longo deste mês de julho apontam mais uma vez que a economia brasileira segue em situação bastante crítica. Conforme temos ressaltado aqui neste espaço já há alguns meses, as eventuais variações positivas de certos indicadores não autorizam afirmar que haja uma recuperação em curso, especialmente porque estão circunscritas fundamentalmente ao desempenho da produção e exportação de produtos básicos, os quais têm fraca capacidade de arrasto sobre os demais setores da economia.

De fato, como se pode notar no gráfico abaixo, o indicador antecedente do PIB elaborado pelo Banco Central (IBC-Br) voltou a se retrair no mês de maio, registrando uma queda de 0,51% ante o mês anterior. Nos termos da série encadeada (linha preta do gráfico) observa-se que, depois de um forte aumento em fevereiro, quando a mudança da metodologia de pesquisa do IBGE influiu excepcionalmente o indicador fazendo-o alcançar o valor de 134,9, vem ocorrendo uma tênue redução do patamar do IBC-Br, o qual chega ao mês de maio registrando o valor de 133,8, apenas ligeiramente superior ao valor de janeiro.



Fonte: Banco Central

O mesmo movimento de declínio da atividade econômica foi captado pelo monitor do PIB do IBRE/FGV, porém com uma tendência um pouco mais acentuada. De acordo com esse indicador, entre abril e maio deste ano teria ocorrido uma retração da economia brasileira de 0,9%¹.

Também nos indicadores setoriais divulgados na segunda semana de julho pelo IBGE (referentes ao mês de maio) a percepção é de paralisia da atividade econômica. No setor de serviços, por exemplo, enquanto o volume de atividade ficou praticamente estável na comparação com o mês anterior (+0,1%), registraram-se quedas tanto em relação a maio de 2016 (-1,9%) quanto no acumulado nos primeiros cinco meses de 2017 (-4,4%). De acordo com os dados da PMS/IBGE, os principais responsáveis pelo fraco desempenho do setor quando comparado ao mês de abril foram as atividades ligadas aos serviços técnico-profissionais (-17,4%), de informação e comunicação (-2%) e de transportes (-1,9%). No campo positivo, o destaque foi para os serviços prestados às famílias, que apresentaram ligeiro crescimento de 0,5% no mês.

Também no que se refere ao comportamento do setor varejista registrou-se no mês de maio certa estabilidade, com as vendas totais variando -0,1% frente ao mês anterior. Quando considerado o indicador do comércio varejista ampliado (que inclui as vendas de veículos automotores e de materiais de construção), a queda foi um pouco mais elevada (-0,7%), apontando que, apesar dos quase 35 bi-

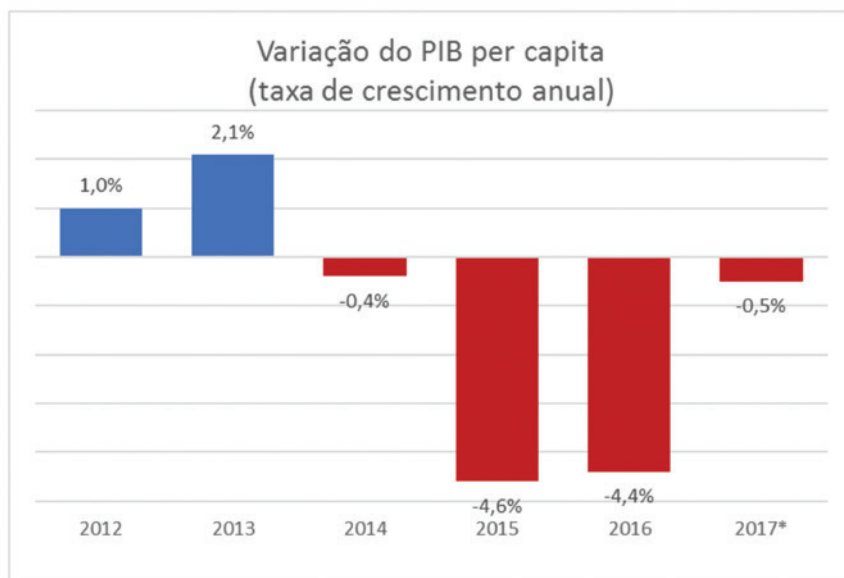
lhões de reais injetados na economia até maio por conta da liberação dos saldos inativos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o consumo agregado continua deprimido. Muito provavelmente as famílias utilizaram o dinheiro do FGTS para quitar dívidas ou compensar a queda de outras rendas.

Já entre os setores de atividade que apresentaram resultados positivos, além da agropecuária que vive em 2017 um ano excepcional, com uma estimativa de crescimento de 30% da safra de grãos no ano, foi registrada uma leve recuperação do setor industrial, cuja produção aumentou 0,8% entre abril e maio deste ano. No registro por categorias econômicas os crescimentos mais expressivos se deram na produção de bens de capital (+3,5) e, principalmente, na de bens de consumo duráveis (+6,9), cuja maior influência positiva foi registrada na produção de veículos automotores, reboques e carrocerias (+9,0%), impulsionada, em grande parte, pela maior demanda externa por automóveis e caminhões.

Contudo, como tanto o setor agrícola quanto o setor industrial brasileiro representam frações menores da nossa estrutura produtiva atual, principalmente em termos de emprego, no cômputo geral e ainda em um contexto de retração das despesas governamentais e de elevado endividamento das famílias e empresas, não se percebem fatores suficientemente robustos capazes de retirar a economia do patamar em que se encontra. A se considerar uma provável variação de 0,2% do PIB neste ano (segundo estimativa do FMI) e tomando-se em conta

a projeção de crescimento populacional do IBGE de 0,73%, teremos em 2017 o quarto ano seguido de redução do PIB per capita (vide gráfico abaixo), com

uma queda de aproximadamente 0,5% – que em termos acumulados já representaria um encolhimento da renda per capita de quase 10%.



Fonte: IBGE

*Dado estimado, considerando uma taxa de crescimento do PIB de 0,2% e de uma taxa de aumento populacional de 0,73% (IBGE)

Comércio exterior

As exportações brasileiras continuam se destacando como o principal motor da economia nacional neste ano de 2017. Considerando as duas primeiras semanas de julho, nossas exportações totalizaram 8,6 bilhões de dólares, ante um total de importações que chegou a 6,2 bilhões e, portanto, levando a um saldo comercial positivo da ordem de 2,4 bilhões de dólares. Tais números reforçam a trajetória favorável verificada desde o início do ano em nosso comércio exterior e trazem algum alento ao setor produtivo brasileiro, que encontra

na demanda externa uma alternativa para escoar a produção e ocupar parte da capacidade instalada que tem permanecido ociosa diante do encolhimento da demanda interna. Cabe frisar, entretanto, que em julho o saldo comercial médio por dia útil recuou para 236 milhões de dólares, significativamente menor do que o que vinha sendo apurado nos meses anteriores, tanto em decorrência da menor média diária exportada (857,3 milhões de dólares) quanto da ampliação do valor das importações, as quais alcançaram em julho a maior média diária do ano (620,6 milhões de dólares).

Balança Comercial Brasileira - Julho de 2017

US\$ milhões FOB (média por dia útil)

2017	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	SALDO
Janeiro	677,6	554,5	123,2
Fevereiro	859,4	606,3	253,1
Março	872,8	562,7	310,1
Abril	982,2	595,4	386,8
Mai	899,6	551,4	348,2
Junho	942,3	599,7	342,6
Julho	857,3	620,6	236,7

Fonte: MDIC

Entre os produtos que mais contribuíram para os resultados apurados nessas duas primeiras semanas de julho, merecem destaque as exportações de produtos básicos – que cresceram 22,7% na comparação com o mesmo período de 2016 – e a dos produtos semimanufaturados, que registraram uma elevação de 6,2%. Por outro lado, o dado negativo do mês foi a queda auferida nas exportações de bens manufaturados, as quais caíram 1,7% no mesmo comparativo, a despeito do forte aumento das exportações de materiais de transporte (+81,1%).

Lamentavelmente, portanto, essa parece ser uma tendência que tem se acentuado no comércio exterior brasileiro e que expressa uma trajetória de reprimarização da estrutura produtiva nacional.

Inflação e política monetária

Em um contexto de grave depressão da economia, com elevado desemprego, redução das despesas públicas e grande ociosidade da indústria, o nível geral de preços no Brasil segue por uma esperada trajetória cadente, registrando já alguma deflação pelo segundo mês consecutivo. Depois de o IPCA de junho ter ficado em -0,23% (o mais baixo para um mês de junho desde o início do Plano Real), o IPCA-15 de julho apontou uma variação de -0,18%, enquanto a prévia do IGP-M (referente ao segundo decêndio de julho) registrou uma queda ainda mais expressiva, de 0,71%. Por conta dessa tendência de queda generalizada dos preços, no *Boletim Focus* do dia 17 de julho a inflação para este ano foi estimada em 3,29%, já um tanto abaixo do centro da meta de 4,5%.

Diante desse quadro de preços em queda e absoluta ausência de pressão de demanda, mais do que nunca vão se explicitando, portanto, os equívocos da política monetária atual e crescem as apostas numa redução mais acentuada da taxa Selic nos próximos meses. Para alguns dos analistas de mercado que são ouvidos pelo Focus já se vislumbra uma Selic inferior a 8% ao final de 2017².

Setor público

Para além dos equívocos da política monetária, também no front fiscal a ortodoxia vai colhendo sucessivos fracassos, enredada no precário discurso da austeridade. Com as receitas caindo mais rapidamente do que as despesas e a carga tributária reduzindo-se a 31,5% do PIB³, um decreto do governo do último dia 20 de julho fez aumentar as alíquotas do PIS/Cofins que incidem sobre os combustíveis, devendo gerar uma ampliação da arrecadação da ordem de 10,4 bilhões de reais ainda em 2017. Infelizmente, depois de resistir equivocadamente à recriação da CPMF no ano passado, agora o governo se socorre da pior forma possível, ampliando um imposto indireto que aumenta o caráter regressivo do sistema tributário e joga mais um ônus sobre a já comprimida renda das famílias brasileiras.

Mesmo assim, como só isso não bastaria para evitar mais uma revisão na meta de déficit fiscal de 139 bilhões de reais, o governo anunciou também um contingenciamento adicional das despesas da União, no valor de 5,9 bilhões de reais.

Indiferente ao quadro social, o ministro da Fazenda se diz surpreso com uma frustração de receita da ordem de 35 bilhões de reais e insiste no corte de orçamento dos ministérios que já não dispõem de recursos para manter sequer os serviços públicos ordinários em operação (vide os casos do corte das operações da Polícia Rodoviária e da emissão de passaportes pela PF).

Na tabela abaixo, pode-se observar como foram bastante drásticas as reduções da execução orçamentária apenas nos primeiros cinco meses do ano, incidindo sobre ministérios importantes, cuja paralisação ou mesmo redução das atividades resultam em inescapáveis prejuízos sociais, além de impactarem negativamente o nível de atividade econômica e, por conseguinte, a própria arrecadação futura.

Como parece evidente, portanto, na melhor das hipóteses estamos diante de um notório caso de

REDUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO GOVERNO FEDERAL

(janeiro-maio 2017/ janeiro-maio 2016)

ÓRGÃO	VALOR (em R\$ milhões)	VARIAÇÃO
PODER EXECUTIVO	-14.760	-38,50%
MIN DAS CIDADES	-2.579	-55,20%
MIN DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL	-2.485	-37,50%
MIN DA DEFESA	-2.477	-42,50%
MIN DE MINAS E ENERGIA	-1.104	-87,50%
MIN DA CIÊNCIA, TECN., INOVAÇÕES E COMUNIC.	-888	-36,70%
MIN DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO	-803	-34,50%
MIN DA EDUCAÇÃO	-639	-17,70%
MIN DO ESPORTE	-553	-74,80%
MIN DA SAÚDE	-297	-36,90%
DEMAIS	-2.935	-29,20%

Fonte: Instituto Fiscal Independente/Senado Federal

irresponsabilidade fiscal e de um grosseiro erro de planejamento governamental. Não fosse este um governo orientado pelos ditames neoliberais, talvez seria até o caso de atribuir a crise fiscal à gravidade da recessão ou a outros fatores conjunturais. Sabendo, porém, que a atual equipe econômica está imbuída da missão de reduzir o papel do Es-

tado e abrir espaço para os negócios privados, é forçoso dizer que, mais do que uma omissão ou um equívoco, o desmonte em curso é um projeto intencional e criminoso, na medida em que atenta contra a soberania e os interesses nacionais e expõe dezenas de milhões de brasileiros a um risco social crescente.

Para ver mais, consultar:

1. Ver Monitor do PIB, disponível em <<https://goo.gl/6F4VT1>>
2. Ver Boletim Focus de 17 de julho, disponível em <<https://goo.gl/Qdyq2p>>
3. Segundo estimativa para 2017 do Instituto Fiscal Independente do Senado Federal (IFI). Disponível em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/530364/RAF_06_2017.pdf>